

CRISE SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Crise socioambiental e serviço social / Raquel Santos Sant'Ana, Maria das Graças e Silva, Maria das Graças Osório P. Lustosa (org.). – São Paulo : Cortez, 2024.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5555-454-0

1. Capitalismo 2. Movimentos sociais 3. Política habitacional 4. Segurança alimentar 5. Serviço social 6. Trabalho social I. Sant'Ana, Raquel Santos. II. Silva, Maria das Graças e. III. Lustosa, Maria das Graças Osório P.

24-200803

CDD-361.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Crise socioambiental e Serviço social 361.3

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

CRISE SOCIO- AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL

**RAQUEL SANTOS SANT'ANA
MARIA DAS GRAÇAS E SILVA
MARIA DAS GRAÇAS OSÓRIO P. LUSTOSA
(ORG.)**

São Paulo – SP

2024

 **CORTEZ
EDITORA**

CRISE SOCIOAMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL

Raquel Santos Sant'Ana | Maria das Graças e Silva | Maria das Graças Osório P. Lustosa (org.)

Direção editorial: Miriam Cortez

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Assessoria editorial: Maria Liduína de Oliveira e Silva

Assistente editorial: Gabriela Orlando Zeppone

Preparação de originais: Silvana Cobucci

Revisão: Tuca Dantas

Ana Paula Luccisano

Diagramação: Linea Editora

Capa: Designios Editoriais/Maurelio Barbosa

Arte de capa: Daniella Santos

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa das organizadoras e do editor.

© 2024 by Organizadoras

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

R. Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo-SP

Tel.: +55 11 3864 0111

editorial@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – maio de 2024

Sumário

Prefácio	7
Apresentação	17
1. Capitalismo e crise ecológica: a mudança climática, catástrofe sem precedente na história humana	27
<i>Michael Löwy</i>	
2. Crise do capital, questão ambiental e desenvolvimento agrário no Brasil	43
<i>Maria das Graças e Silva</i> <i>Raquel Santos Sant'Ana</i>	
3. Capitalismo e ofensiva ultraliberal contra trabalhadores rurais e povos tradicionais: desafios às lutas sociais	75
<i>Maria das Graças Osório P. Lustosa</i> <i>Jacqueline Botelho</i>	
4. A fome e o Serviço Social: um debate sobre soberania e segurança alimentar e nutricional	105
<i>Leile Silvia Candido Teixeira</i>	

5. Indígenas e quilombolas: lutas, direito ao território e compromisso ético-político do Serviço Social 133
Daniella de S. Santos Néspoli
Elizângela Cardoso de Araújo Silva
6. A atuação profissional em processos pós-crimes socioambientais na mineração: considerações a partir do Serviço Social..... 161
Nailsa Maria Souza Araújo
Kathiuça Bertollo
7. Trabalho Social na política habitacional em capitais brasileiras: aproximações e agenda de pesquisa..... 187
Joana Valente Santana
Rosângela Dias Oliveira da Paz
Joicy Helena da Costa Pantoja
- Sobre as autoras e autor 213

Prefácio

Tenho a alegria de prefaciar o livro *Crise socioambiental e Serviço Social*, organizado por Raquel Santos Sant’Ana, Maria das Graças e Silva e Maria das Graças Osório P. Lustosa, três professoras e intelectuais que admiro de longa data, pois fazem da práxis emancipadora uma construção cotidiana, classista, acadêmica e profissional. Mas acredito que essa é uma alegria também de qualidade diferente. Apresso-me a explicar. Como admiradora confessa da poesia de Manoel de Barros, me encanta a forma de o poeta “desver o mundo” em suas obras, para “encontrar nas palavras novas coisas de ver”¹, atribuindo importância às insignificâncias do mundo, às formas de vida não humanas que habitam o chão, a terra, os rios, as matas, e que expressam a reivindicação da utopia do poeta e de sua criança interna para o desenvolvimento do ser humano: compartilhar, aprender e se amalgamar com a natureza, a ponto de transformar sua própria humanidade não apartada do mundo das insignificâncias que enraízam e articulam o social e o natural num mesmo mundo de significados para a existência. A forma de desver o mundo de Manoel de Barros, flagrada neste prefácio em sua dimensão utópica, adquire sentido de urgência histórica diante da aceleração do tempo da mercadoria e da acumulação capitalista, do propagado ritmo inexorável do “progresso” técnico-científico para poucos e para a produção de maior desigualdade e empobrecimento da experiência humana, entrelaçando crises econômicas, ecológicas

1. BARROS, Manoel. *Menino do mato*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. p. 13.

e de sociabilidade nas diferentes escalas espaciais, local, global e planetária das relações capitalistas. Eis aqui a forma e o conteúdo da linguagem poética de Manoel de Barros para escrever e “desver” a complexidade da relação metabólica sociedade-cultura-natureza, tema tão caro à presente coletânea e aqui convocado como vereda inicial e não convencional da leitura.

Na direção da vereda aberta, a leitura da coletânea trouxe a alegria de “desver” a questão social sob a dominância das relações sociais capitalistas a partir da escrita dos capítulos e de suas diferentes abordagens, dos materiais empíricos de pesquisa e das práticas humanas analisadas sob a tríade das questões agrária, urbana e ambiental. As palavras contidas na escrita, como ofício de reflexão acadêmica e também política, me fizeram “encontrar nas palavras coisas novas de ver”², como ensina o poeta. E porque este não é um livro de poesia, mas das palavras acadêmicas, minha alegria redobra porque também ensina a perturbar, como na poesia manuelina, “o sentido normal das ideias”³, não apenas das relações sociais, mas também do mundo acadêmico.

E qual é a perturbação proposta? A de “desver” as relações sociais capitalistas agrárias, urbanas e ambientais a partir da articulação de suas relações, contradições, conflitos e crises, indo além do que se apresenta como disjunto, desarticulado, reificado, alienado e episódico em tais relações. Para tanto, a coletânea afirma em seu texto de apresentação que “os embates da relação capital/trabalho, as disputas em torno da ocupação do solo urbano ou rural e pela posse/propriedade dos recursos naturais constituem mediações fundamentais para entender o que, no Serviço Social, convencionamos chamar de ‘questão social’”. Tal proposição não costuma protagonizar a cena dos debates do Serviço Social sobre a teorização e o ensino

2. *Ibid.*

3. *Ibid.*, p. 14.

dos fundamentos da questão social na formação profissional de assistentes sociais. Não por acaso, as organizadoras e as autoras do livro são, em grande parte, integrantes do Grupo Temático de Pesquisa “Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social” (GTP QAUASS), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), e também protagonistas da compreensão sobre a necessária transversalidade da referida tríade (questão agrária/urbana/ambiental) na implementação dos três núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares, no âmbito da formação profissional em Serviço Social.

A tarefa da escrita de um prefácio não se confunde com a da apresentação da obra. Assim, no lugar de considerações mais aprofundadas sobre os capítulos, destaco duas questões que merecem maior visibilidade por constituírem o original convite a “desver” as questões agrária, urbana e ambiental.

A primeira diz respeito à reflexão-ação da tríade histórica e espacial agrária, urbana e ambiental da vida social, a partir da dinâmica de produção e reprodução de territórios e territorialidades através da práxis concreta de sujeitos diferentes e diversos das relações sociais, que não se encerram nas práticas de dominação do capital e de seus sujeitos burgueses. Assim, emergem das páginas da coletânea a força e a dinâmica das contradições das relações sociais, dos seus conflitos e da dialética sociedade-cultura-natureza a partir de outros sujeitos, tanto numa perspectiva ampliada da classe trabalhadora quanto num sentido de compreensão dos modos de vida não capitalistas existentes na sociedade brasileira. Os protagonistas dos capítulos são, portanto, os trabalhadores e as trabalhadoras do campo, da cidade e das florestas, a família camponesa, os povos indígenas, as populações tradicionais, todos e todas em relação direta e conflituosa com o Estado e com os diferentes representantes de atividades econômicas do capital, com suas inserções burguesas de classe e seu domínio legitimado

pela transformação da terra em mercadoria, propriedade privada, reserva de valor e finança.

Há que se destacar, contudo, que não se trata de uma menção episódica às diferenças e às diversidades dos sujeitos das relações sociais agrárias, urbanas e ambientais. Trata-se, antes, de compreender essas relações como totalidade e fruto da práxis social e humana, encarnadas em sujeitos étnico-raciais, de gênero e de classe concretamente situados no tempo e no espaço. Sem desconsiderar suas particularidades, esses sujeitos são compreendidos e problematizados como produtores e produtoras de cultura, de modos de uso e ocupação dos territórios nas diferentes formas materiais e simbólicas do espaço, como as águas, as terras e as florestas, que são territórios de trabalho, de moradia, de cultura, ou seja, de vida, responsáveis pela existência da sociobiodiversidade, das identidades que se expressam em diferentes modos de vida, sistemas alimentares, representações sociais, línguas, formas de trabalho e de economia, crenças, práticas sagradas e suas religiões e cosmogonias, na multiplicidade de saberes e práticas populares, tradicionais e/ou ancestrais, que animam a dinâmica comunitária e/ou as esferas da vida cotidiana. E, por último, mas não menos importante, são esses sujeitos, a partir de suas territorialidades socialmente criadas, que produzem e vivenciam características de integração às formas de vida não humanas e a seus ecossistemas, além de possibilitarem o desenvolvimento de modos de convivência e manejo não destrutivo da biodiversidade. É a partir dessa teia imensa e também frágil — porque humana e dependente da ação política — de relações e de condições de possibilidades históricas e territoriais de produção e reprodução social da vida, que se torna possível — e, diria com Michael Löwy, constitui uma exigência ecossocialista — a construção de práxis emancipadoras das formas de exploração, de opressão, de expropriação, da violência dizimadora, etnocida e racista das relações sociais capitalistas.

A segunda questão a ser destacada diz respeito a uma das mais importantes expressões materiais e simbólicas da produção social do espaço para a história das relações sociais capitalistas no Brasil, particularmente da relação dialética sociedade-cultura-natureza. Trata-se das formas de uso e ocupação da terra. A coletânea, seguindo as contribuições teóricas e metodológicas de Marx, elege a problematização da terra a partir da relação terra-trabalho-capital como dialética estruturante das relações sociais capitalistas e da sociabilidade burguesa fundada sob a instituição da propriedade privada, nas suas diferentes temporalidades históricas, no Brasil. Assim, os capítulos, a partir de diferentes contextos espaciais e históricos, fundamentam o tratamento teórico e empírico da dimensão fundiária das relações sociais agrárias, urbanas e/ou ambientais, articulando de forma mais ou menos orgânica os termos da tríade ou atribuindo maior ênfase a uma das suas dimensões.

Desse modo, pode-se identificar a existência de uma costura principal nesta coletânea, diria uma intencionalidade teórica e política, que a faz fugir do risco, por vezes um lugar-comum, que desafia as coletâneas. Essa linha que une os capítulos para a compreensão das expressões urbanas, agrárias e ambientais da questão social persegue o caminho da relação entre o desenvolvimento histórico desigual e combinado da formação brasileira e a dinâmica colonizadora, expropriadora e racista de produção/reprodução social do espaço agrário, urbano e ambiental sob relações sociais capitalistas. Tal processo é mediado pela longa e estruturante trajetória histórica e de violência étnico-racial de mais de dois séculos e meio de escravização legal indígena, também chamados de “negros da terra” pelo poder colonizador, e de quase quatro séculos de escravização da população negra. Cabe destacar ainda que o capital comercial do tráfico negreiro representou um dos segmentos econômicos mais rentáveis e responsáveis pela acumulação primitiva de capital, alicerçando a formação social do capitalismo no Brasil e a história social

do trabalho sobre as práticas da exploração racial, racista e escravista da força de trabalho negra e a consequente desumanização da vida de negros e negras. Estes são elementos estruturais e estruturantes para a compreensão da relação terra-trabalho-capital e da história das lutas de libertação das formas de opressão racista e de classe.

Assim, a formação da diáspora africana em terras brasileiras, nos campos, cidades e florestas, foi oriunda da composição histórica do sequestro da população negra sujeitada pelo tráfico humano transatlântico originário do continente africano, dos que aqui nasceram sob o jugo da escravização e das práticas de miscigenação, e daqueles que se tornaram libertos ainda sob a existência legal dessa instituição ou após a sua abolição formal, em 1888. Essa formação diaspórica foi também a construção prolongada de formas de existências e de resistências, de identidades diversas e culturalmente complexas, que deixaram profundas marcas na língua portuguesa, nos alimentos e sistemas alimentares do Brasil, na música, na dança, nas práticas religiosas, nas experiências de práticas coletivas e de organizações mutualistas, na literatura, na produção da moradia popular, em especial da sua autoconstrução e na formação de favelas, vilas, mocambos, alagados, nas formas coletivas e comunitárias de aquilombamento urbano e rural, dentre tantas outras expressões materiais e simbólicas. E, para tornar ainda mais complexas e contextualizadas as formas de resistência étnico-raciais e de classe, como nos ensinam Daniella Néspoli e Elizângela Silva, no capítulo “Indígenas e quilombolas: lutas, direito ao território e compromisso ético-político do Serviço Social” (capítulo 5), “em conjunto com os povos africanos, os povos indígenas também constituíram os quilombos e as organizações de resistência ao sistema escravista”.

Outras mediações são igualmente importantes e encontram diferentes aprofundamentos ao longo da coletânea, como a subordinação das formas de uso e ocupação não capitalistas da terra à forma mercadoria, à centralidade do valor de troca, à instituição da

propriedade privada, aos mercados fundiários e imobiliários nos territórios rural e urbano. Quanto a este último elemento, cabe destacar as problematizações presentes em alguns dos capítulos acerca das altas taxas de concentração e centralização da propriedade rural no Brasil, regionalmente distribuída também de forma desigual⁴. Contudo, trata-se sobretudo da transformação capitalista da produção e reprodução social do espaço, e não só da terra, como condição para a reprodução expandida da acumulação capitalista e das relações sociais. Como escrevi em texto dedicado ao tema: “Em outras palavras, a terra importa porque o espaço também importa!”⁵.

Assim, o espaço se transforma em espaço de consumo e consumo do espaço, e daí decorre sua crescente e exponencial transformação em mercadoria, finança, “recurso” e *commodities* do capitalismo extrativista, neoextrativista, do agronegócio, que expropria, degrada e acumula as matérias, as riquezas e a biodiversidade provenientes do solo, do subsolo, das águas, das florestas, do ar, do conhecimento

4. De acordo com o estudo *Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil — o mapa da desigualdade*, “Um quarto (25%) de toda a terra agrícola do Brasil é ocupada pelos 15.686 maiores imóveis do país (0,3% do total de imóveis) que se concentram principalmente no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Matopiba. Para alcançar os outros 25% da área total é necessário somar as áreas dos 3.847.937 menores (77% do total de imóveis), sendo a maior presença desses pequenos imóveis nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. O estrato dos 10% maiores imóveis ocupam 73% da área agrícola do Brasil, enquanto o estrato dos restantes 90% menores imóveis ocupa somente 27% da área. Em todos os estados brasileiros os 10% maiores imóveis detêm mais de 50% da área. Em 6 estados e no Matopiba os 10% maiores imóveis detêm mais de 70% da área. [...] Para todas as regiões do país, poucos imóveis (17 para a região Norte e 125 para o Centro-Oeste) ocupam mais de metade da área dos imóveis da região. [...] a desigualdade da distribuição da terra no Brasil nunca foi enfrentada, sendo que os governos têm priorizado a política agrícola (de produção) em detrimento da agrária (de terras), favorecendo o crescimento econômico e a desigualdade ao invés do desenvolvimento, da inclusão e da conservação. Priorizaram assentamentos em terras públicas em detrimento de terras privadas que não cumprem seu papel social, o que tem alimentado a grilagem e o desmatamento (PINTO, *et al.*, 2020, p. 1-2)” (PINTO, Luís Fernando Guedes *et al.* *Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil — o mapa da desigualdade. Sustentabilidade em Debate*, n. 10, Piracicaba, SP: Imaflora, abr. 2020, 21 p. Disponível em: https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/1588006460-sustentabilidade_terras_agricolas.pdf. Acesso em: 7 abr. 2024.

5. CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Terra e propriedade como fundamentos da análise das questões agrária, urbana e ambiental. In: SANTANA, Joana Valente (org.). *Habitação e Serviço Social*. São Paulo: Papel Social, 2018, p. 46.

associado ao patrimônio genético originário de populações tradicionais e de povos indígenas. O conjunto desses processos históricos, espaciais e metabólicos entre sociedade-cultura-natureza desencadeia profundos impactos sobre a existência e a diversidade das formas de vida humana e não humana, em escala planetária. Destaco aqui os capítulos “Capitalismo e ofensiva ultraliberal contra trabalhadores rurais e povos tradicionais: desafios às lutas sociais”; “A fome e o Serviço Social: um debate sobre soberania e segurança alimentar e nutricional”; e o já citado “Indígenas e quilombolas: lutas, direito ao território e compromisso ético-político do Serviço Social” (capítulos 3, 4 e 5) que, em sequência, oferecem ricas problematizações sobre diferentes dimensões históricas e contemporâneas que evidenciam o quanto o desenvolvimento da reprodução expandida do capital é também o desenvolvimento de suas crises, contradições, bem como de conflitos e formas de lutas e resistências. Assim, podem-se flagrar as conexões entre a fome, a produção capitalista de alimentos e a reivindicação do direito à produção de sistemas alimentares agroecológicos baseados na defesa da soberania alimentar; as lutas indígenas e quilombolas pelo direito aos seus territórios e modos de vida; a problematização sobre a cadeia produtiva extrativista da mineração a partir do crime socioambiental de Mariana-MG. As reflexões das autoras se somam aos demais capítulos da coletânea para problematizar sobre as contradições socioespaciais, as profundas desigualdades nas diferentes dimensões da vida, o aprofundamento da sociabilidade desumana, de práticas violentas, racistas, ultraconservadoras e de incivilidade e da elevação do potencial conflitivo das relações sociais agrárias, urbanas e ambientais decorrente das ameaças destruidoras à vida.

É a partir dessa rica e fundamentada complexidade das configurações socioambientais das relações sociais que a presente obra conecta a processualidade histórica e espacial do desenvolvimento e da reprodução das relações sociais capitalistas e das suas crises ao

campo das expressões históricas e contemporâneas da questão social para a reflexão e a ação profissionais do Serviço Social. Aos que aceitarem o convite para a leitura desta obra, aviso uma última vez: será um aprendizado para “desver” o mundo e o que compreendemos criticamente como questão social e seus fundamentos. Aqui, leitores e leitoras estarão diante de mediações agrárias, urbanas e ambientais para a fundamentação e a compreensão da questão social. E, assim, me despeço agradecendo ao convite e dando as mãos, novamente, a Manoel de Barros. Que possamos transfigurar o real com nossas palavras enraizadas na capacidade crítica e criadora da práxis.

Eu queria fazer parte das árvores como os pássaros fazem.
Eu queria fazer parte do orvalho como as pedras fazem.
Eu só não queria significar.
Porque significar limita a imaginação.
E com pouca imaginação eu não poderia fazer parte de uma árvore.
Como os pássaros fazem.
Então a razão me falou: o homem não pode fazer parte do orvalho como as pedras fazem.
Porque o homem não se transfigura senão pelas palavras.
E isso era mesmo.⁶

*Isabel Cristina da Costa Cardoso*⁷

6. BARROS, Manoel. *Menino do mato*, *op. cit.*

7. Professora associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/Uerj); coordenadora do Grupo de Estudos sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social (UrbanoSS), da FSS/Uerj.

Apresentação

Esta coletânea, intitulada *Crise socioambiental e Serviço Social*, reúne pesquisadoras que estudam as questões referentes à temática agrária, urbana e ambiental; todas são brasileiras, assistentes sociais, mulheres de diferentes origens étnicas, e de diversos estados da federação, exceto Michael Löwy — cuja participação nesta publicação foi um verdadeiro presente do autor ao Serviço Social brasileiro.

O objetivo deste livro é trazer o debate da realidade atual, recuperando as particularidades dos fenômenos provenientes das disputas em torno da terra e dos recursos naturais a partir do que convençamos chamar de questões agrária, urbana e ambiental. Com isso, procuramos evidenciar como estas são expressões ontológicas da questão social brasileira, estruturalmente conectadas às tendências que marcam a sociabilidade do capital e seus profundos antagonismos de classe.

À luz da teoria social crítica de Marx e seus interlocutores, os diversos capítulos procuram aprofundar reflexões sobre a lógica destrutiva e predatória do capitalismo monopólico e financeirizado, cujas configurações em países periféricos e dependentes, como o Brasil, provocam elevadas taxas de desemprego, fome e miséria de amplos segmentos sociais, intensificando as disputas e os conflitos sociais. O histórico nível de desigualdades sociais presentes na atual conjuntura evidencia particularidades que, na formação sócio-histórica brasileira, concorreram para a construção de uma

sociabilidade marcada pela extrema concentração da riqueza e da renda, pelo patriarcado e pelo racismo.

O governo Jair Bolsonaro (2018-2022), ao negar enfaticamente a ciência e a teoria, ao desregular direitos sociais, humanos e socioambientais e ao vilipendiar a democracia, o direito ao trabalho e à vida, aguçou exponencialmente os interesses dominantes. O Brasil, como detentor de abundantes fontes naturais, expoente inigualável de riquezas (terras, água, recursos vegetais, minerais etc.), deparou-se com o avanço dos processos de expropriações e invasão de terras, destruição de florestas e devastação ambiental, que representam novos e complexos desafios à luta de classes.

É nessa conjuntura que os pesquisadores e as pesquisadoras têm a responsabilidade de promover estudos e reflexões coletivas a respeito desses fenômenos que têm levado a uma crise global que ameaça a vida no planeta e a saúde da população como um todo, seja em função dos mecanismos perversos de exploração do trabalho e depredação da natureza, seja pelo aprofundamento cada vez maior da pobreza gerada pela crescente acumulação da riqueza.

Na particular realidade brasileira, além da inserção subalterna e dependente do país na esfera global do capitalismo financeiro, a crescente violência, a expropriação de amplos setores dos trabalhadores e povos tradicionais, os atuais desmontes da estrutura político-institucional do país, em larga medida conquistada nas lutas pela redemocratização, forjam novas refrações à questão social, com efeitos desastrosos para os trabalhadores pobres, camponeses, povos nativos, indígenas e quilombolas. Além de exigir rigor analítico para a apreensão do real numa perspectiva da totalidade, de maneira a identificar os antagonismos da luta de classes e a violência que o capital e o Estado impõem aos que se contrapõem e resistem à opressão e exploração, esse conjunto de elementos também evidencia que a ciência não é neutra, e que as

pesquisas e a produção do conhecimento têm que se comprometer com a transformação dessa ordem social, desigual e profundamente injusta, imposta pelo capital.

Partimos do pressuposto de que as particularidades das questões urbana, agrária e ambiental são elementos constituintes da questão social. Com esse entendimento, os embates da relação capital/trabalho, as disputas em torno da ocupação do solo urbano ou rural e pela posse/propriedade dos recursos naturais constituem mediações fundamentais para entender o que no Serviço Social convencionamos chamar de “questão social”.

Desde o final da década de 1970, o Serviço Social brasileiro construiu um acervo teórico-metodológico e ético-político numa direção libertária, em que princípios como a liberdade, entendida como plena expansão dos indivíduos sociais, a democracia e a cidadania se combinam com o compromisso da profissão com o combate a todas as formas de opressão e exploração, e com a qualidade dos serviços prestados. Enfim, como profissão de cunho eminentemente interventivo, o Serviço Social busca alternativas para o enfrentamento da realidade atual, mas sem perder de vista que nessa sociabilidade não será possível forjar a igualdade e a fraternidade; daí a defesa intransigente de uma nova ordem social para além do capital.

Nesse acervo construído pela profissão, foi fundamental ao Serviço Social apreender o seu objeto de trabalho, aquilo que tornou essa profissão requerida socialmente: a questão social. Esta, cujo elemento central é a relação capital/trabalho, vem sendo objeto de reflexões, estudos e pesquisas desde a década de 1980. No século XXI, a definição ganhou novos adensamentos, de maneira a evidenciar que os usuários do Serviço Social, como parte da classe trabalhadora, têm sexo, sexualidade, raça, e que cada uma dessas mediações provoca novas formas de opressão e viabiliza patamares mais profundos de exploração.

Esse adensamento e novos estudos têm possibilitado que a discussão sobre o uso e a apropriação do solo e dos recursos naturais ganhe uma dimensão cada vez mais importante na configuração da questão social. O capitalismo, com sua lógica destrutiva, se espalha por todos os interstícios de vida e reúne o que ele mesmo separou: terra e trabalho; estende seus tentáculos por todos os territórios e, com isso, envolve uma gama de sujeitos, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, estabelecendo um nível de conflitividade muito intenso, com expulsões, violências e assassinatos de suas lideranças políticas.

No campo e nas cidades, a propriedade privada da terra assume relevância crescente. O agronegócio, assentado no latifúndio e no monocultivo, constitui um modelo agrícola “químico-dependente”, de consequências desastrosas para a saúde humana e para o meio ambiente. Igualmente, a mercantilização do solo urbano e a especulação imobiliária empurram diversos segmentos da classe trabalhadora para as já adensadas e precárias periferias, submetendo-os aos riscos crescentes de desastres, como deslizamentos de encostas, enchentes, dentre outros. Em ambos os casos, verifica-se um movimento de expropriação, cuja finalidade última é assegurar a expansão do capital.

O acúmulo do Serviço Social sobre as questões urbana, rural e ambiental, ainda que não seja muito amplo, traz uma literatura crítica, geralmente alinhada à direção ideopolítica do Serviço Social brasileiro, o que vem sendo constatado nos eventos científicos da categoria e nas publicações da área. A apreensão que temos é que esses elementos do agrário, do urbano e do ambiental perpassam transversalmente o trabalho profissional do assistente social em diversos espaços sociocupacionais e, portanto, devem ser tratados no âmbito da formação de graduação e pós-graduação.

Esta coletânea reúne textos com o objetivo de contribuir para o adensamento das discussões acerca dos elementos que compõem

as diversas realidades perpassadas pelas questões urbana, agrária e ambiental como particularidades da questão social brasileira.

Com isso, queremos colaborar com a formação e o trabalho profissional, resgatando um conjunto de problemáticas relativas a diferentes interfaces da questão social, todas com foco em temas diretamente vinculados aos embates de classe, às disputas pelos recursos naturais e pelos territórios situados em área rural e urbana, ao mesmo tempo que procuramos refletir sobre o papel do Serviço Social diante dessas realidades.

O capítulo que abre esta coletânea, de autoria de Michael Löwy, intitula-se “Capitalismo e crise ecológica: a mudança climática, catástrofe sem precedente na história humana”. O autor inicia a discussão evidenciando a necessidade de um alerta geral, ou a presença de “faróis vermelhos”, em suas palavras, diante da crise ambiental que se encaminha para uma situação irreversível do ponto de vista da preservação da vida e do planeta. Como estudioso da temática ambiental, Michael Löwy faz uma análise profunda da relação entre crise ambiental e o modelo predatório de vida imposto pelo capital. Chama a atenção para o quanto as crises do capital vão aprofundando as devastações sociais e ambientais. Desde 2008, o capital precisa administrar uma crise profunda, decorrente da ampliação do capital financeiro numa sociabilidade cuja marca principal é a mercantilização da vida, hoje cada vez mais controlada pelo totalitarismo dos mercados financeiros. São as consequências do *processo de acumulação do capital*, que atualmente se efetiva a partir da globalização neoliberal sob o domínio norte-americano. O autor adverte que esse modelo de sociedade é insustentável do ponto de vista humano e ambiental, mas destaca especificamente a gravidade da crise climática, apontando para riscos de catástrofes sem precedentes na história. Se não for contido, o aquecimento global desencadeará diversos fenômenos irreversíveis para a vida no planeta Terra. E, como afirma o autor, a solução não se efetivará nos marcos

do capitalismo; será preciso construir outros caminhos, alternativas radicais para a transformação social. A alternativa apresentada pelo autor é o “*ecossocialismo*, uma proposta estratégica que resulta da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista”.

Em “Crise do capital, questão ambiental e desenvolvimento agrário no Brasil”, as autoras Maria das Graças e Silva e Raquel Santos Sant’Ana debruçam-se sobre a conjuntura brasileira de aprofundamento da crise estrutural, buscando problematizar a destrutividade ambiental e sua relação intrínseca com a inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho e com o modelo capitalista de desenvolvimento agrário hegemônico no mundo, o qual, na particularidade brasileira, assume características profundamente predatórias e destrutivas, ameaçando uma das maiores biodiversidades do planeta e as populações que dela dependem para assegurar sua reprodução. As autoras oferecem uma contribuição para politizar o debate ambiental na sociedade brasileira e, particularmente, no espaço agrário, reafirmando a importância das lutas sociais contra o sistema do capital. Nesse movimento, evidenciam a ofensiva antiecológica e a agenda regressiva do governo Bolsonaro, bem como os elos que as vinculam à dinâmica societária, a fim de desfazer mitos e produzir a arma da crítica.

O capítulo “Capitalismo e ofensiva ultraliberal contra trabalhadores rurais e povos tradicionais: desafios às lutas sociais”, de autoria de Maria das Graças Osório P. Lustosa e Jacqueline Botelho, traz reflexões importantes sobre a atual corrida de capitalistas nacionais e estrangeiros pelo domínio de terras e territórios no Brasil, enfatizando as graves implicações que os brutais processos de expropriações, invasões de terras e violação dos direitos etc. trazem aos trabalhadores rurais, aos povos indígenas e aos quilombolas. Para as autoras, esses fatos indicam novos matizes das expressões da questão social brasileira, considerando os agravos aos trabalhadores,

a intensa extração de recursos naturais, a perda da biodiversidade e a degradação dos ecossistemas. Essas metamorfoses com a anuência do Estado, observadas no desmonte de instituições e na desregulamentação da reforma agrária, incitam a contrarreforma agrária, aprofundando as desigualdades sociais no campo. Apoiadas numa literatura representativa, as autoras destacam as tendências do capitalismo neoliberal, cujas imposições e contradições, entre crises e conversões na produção e expansão de lucros, acrescem a “financeirização da terra”. Argumentos densos e consistentes sinalizam para o “domínio das finanças”, apontam a variedade de capitais, em que a terra, como “novo contorno”, se torna objeto essencial dos interesses do mercado e do agronegócio. Os antagonismos e o caráter anárquico e destrutivo da produção capitalista, os efeitos severos a trabalhadores e povos nativos, suas lutas sociais e resistências históricas às ofensivas dominantes têm no debate crítico a via essencial: a apreensão da realidade como totalidade histórica.

“A fome e o Serviço Social: um debate sobre soberania e segurança alimentar e nutricional”, de Leile Silvia Candido Teixeira, concentra-se na fome, tema inevitável da agenda política atual, quando 33 milhões de brasileiros passam diariamente por essa situação. A autora destaca que, como expressão da questão social, a fome é resultado da sociedade do capital, que faz da comida uma mercadoria. Para evidenciar essa relação, Leile discorre sobre o conceito de segurança alimentar, que se tornou o orientador das políticas voltadas para o combate à fome, mostrando, ainda que brevemente, as políticas de combate à fome no Brasil. Para finalizar, apresenta o conceito de soberania alimentar, criado pelos movimentos sociais para aprofundar o debate sobre a alimentação e a relação com a autonomia dos povos e nações. Com a incisiva e certa análise da relação entre a fome e o modelo de produção agrícola hegemônico, Leile enfatiza a necessidade de ampliar a interlocução entre a produção da fome como fenômeno social e a produção agrícola dominada pelo capital.

Com isso, a autora se movimenta dialeticamente e evidencia a necessidade de políticas emergenciais, mas também de ir além delas, indicando o caminho da superação: a busca da soberania alimentar a partir do acúmulo já construído pelos movimentos camponeses. Por fim, a autora destaca como esse caminho tem sido trilhado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Nas considerações finais, a autora ressalta que esse tema tem sido pouco abordado no Serviço Social e propõe uma agenda de pesquisa sobre a fome como expressão da questão social.

O capítulo “Indígenas e quilombolas: lutas, direito ao território e compromisso ético-político do Serviço Social”, de autoria de Daniella de S. Santos Néspoli e Elizângela Cardoso de Araújo Silva, à luz de vastas experiências profissionais e consistentes diálogos com autores representativos desse debate, desenvolve reflexões críticas coerentes, focalizando a trajetória histórica e sociopolítica das lutas e resistências dos povos tradicionais, indígenas e comunidades quilombolas adiante da dominação de classes no Brasil. De forma brilhante, as autoras explicitam a brutal violência, os desrespeitos intoleráveis, os descasos do Estado e a negação dos direitos desses povos, não apenas à terra e aos territórios de origem, mas também aos direitos sociais, humanos e à reprodução de seus modos de vida.

O trabalho mostra a relevância das históricas lutas sociais e de resistência contra as opressões e expropriações sofridas, o que exige desvelar a essência das injustas ações de devastação de suas terras e territórios. Diante da complexidade dessa problemática, as autoras enfatizam a importância do avanço da profissão na produção de conhecimento sobre as demandas das populações indígenas e quilombolas, na problematização da realidade desses povos e na atuação profissional munida de respostas orientadas pelos princípios éticos do Serviço Social.

Por fim, as autoras ressaltam a pertinência e a atualidade do projeto ético-político do Serviço Social, como elementos essenciais para os avanços e a crítica ao capitalismo neoliberal, diante das novas e graves expressões da questão social brasileira.

Em “A atuação profissional em processos pós-crimes socioambientais na mineração: considerações a partir do Serviço Social”, Nailsa Maria Souza Araújo e Kathiúça Bertollo problematizam os desafios e as perspectivas do trabalho profissional de assistentes sociais na assessoria técnica aos atingidos pelos crimes provocados pela empresa Vale, em Minas Gerais. Para tanto, as autoras localizam os elementos constitutivos da exploração de minérios no bojo da divisão internacional do trabalho, demonstrando que a produção mais poluente e a parte expressiva dos seus ônus recaem sobre os países periféricos e afetam particularmente a *classe-que-vive-do-trabalho*, pondo em risco as condições de reprodução de populações tradicionais cujos modos de vida dependem em grande parte da “natureza externa”. Após essa incursão, as autoras analisam a atuação do Serviço Social, tomando como referência o contexto pós-crimes produzidos pelo rompimento das barragens de Fundão, em Mariana (2015), e da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (2019), ambas em Minas Gerais. No universo das ações e das disputas políticas, as autoras, ambas assistentes sociais, ressaltam os traços concernentes à dinâmica dessa especialização do trabalho, quando requerida a atuar em espaços novos, diferenciados, carregados de novas contradições e desafios.

“Trabalho Social na política habitacional em capitais brasileiras: aproximações e agenda de pesquisa”, último capítulo desta coletânea, foi elaborado por Joana Valente Santana, Rosangela Dias Oliveira da Paz e Joicy Helena da Costa Pantoja, e expõe resultados de estudos e pesquisas sobre o Trabalho Social desenvolvido pelas prefeituras municipais das capitais dos estados e do Distrito Federal. As autoras refletem sobre as requisições e respostas profissionais do Trabalho

Social na política habitacional, com base em resultados parciais de pesquisa realizada em 14 capitais brasileiras pelo projeto de pesquisa *Serviço Social e remoção de moradores atingidos por projetos urbanísticos no Brasil: requisições e respostas profissionais*. O objetivo da investigação é analisar o trabalho profissional dos assistentes sociais em projetos urbanísticos que envolvem processos de remoção de moradores, verificando demandas, respostas e estratégias profissionais nesses processos, articuladas ao projeto ético-político da profissão.

As autoras concluem que as demandas às equipes de Trabalho Social orientam-se pelos eixos de organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda, e que os projetos técnico-sociais são muito similares nas diferentes territorialidades no Brasil. Além disso, reiteram a importância da contribuição dos profissionais das equipes de Trabalho Social para o fortalecimento de processos participativos, estimulando o protagonismo dos sujeitos, sua organização política pelo direito à moradia e à cidade.

Excelente leitura!

As organizadoras

1

Capitalismo e crise ecológica:

a mudança climática, catástrofe sem precedente na história humana

Michael Löwy

Desde 2008, o sistema capitalista internacional vive em estado de crise em relação direta com o processo de financeirização e a formação de explosivas “bolhas financeiras”. Essa situação ilustra a total irracionalidade de um sistema econômico baseado na mercantilização de tudo, na especulação desenfreada, no totalitarismo dos mercados financeiros e na globalização neoliberal a serviço exclusivo do lucro capitalista.

Os governos — sejam de direita ou de centro-esquerda — revelam-se incapazes de propor uma saída e insistem com extraordinária obstinação na aplicação das tradicionais receitas neoliberais — privatizações, corte de recursos para a educação e a saúde, redução dos salários e das pensões, demissão de funcionários públicos —, que resultam apenas no agravamento da crise, na intensificação da recessão e no aumento do peso da dívida.

Por outro lado, seria uma ilusão acreditar — como pensam muitos marxistas — que se trata da crise final do capitalismo e que o sistema está condenado a desaparecer, vítima de suas contradições internas. Como já dizia Walter Benjamin nos anos 1930, o capitalismo nunca vai morrer de morte natural. Em outros termos: se não houver uma ação social e política anticapitalista, um movimento de insurgência dos explorados e oprimidos, o sistema poderá continuar ainda por muito tempo. Como no passado, acabará encontrando alguma saída para a crise, seja por medidas keynesianas — hipótese mais favorável —, seja pelo fascismo e pela guerra.

O mesmo vale para a crise ecológica. Por si mesma, ela não leva ao fim do capitalismo: por mais que acabe o petróleo, ou que se esgotem outras fontes essenciais da riqueza, o sistema continuará a explorar o planeta, até que a própria vida humana se encontre ameaçada.

A crise econômica e a crise ecológica resultam do mesmo fenômeno: um sistema que transforma tudo — a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos — em mercadoria, e que não conhece outro critério a não ser a expansão dos negócios e a acumulação de lucros. As duas crises são aspectos interligados de uma crise mais geral, *a crise da civilização capitalista industrial moderna*. Isto é, a crise de um modo de vida — cuja forma caricatural é o famoso *american way of life*, que obviamente só pode existir enquanto for privilégio de uma minoria —, de um sistema de produção, consumo, transporte e habitação que é, literalmente, *insustentável*.

Atualmente, a crise financeira — como salvar os bancos e pagar a dívida — é a única que preocupa os vários governos representativos do sistema. Mas, do ponto de vista da humanidade, o maior perigo, a ameaça mais preocupante, é a crise ecológica, que, ao contrário da crise financeira, *não tem solução nos marcos do sistema*.

Há alguns anos, quando se falava dos perigos de catástrofes ecológicas, os autores se referiam ao futuro dos nossos netos ou bisnetos como algo longínquo, dentro de cem anos. Agora, porém,

o processo de devastação da natureza, de deterioração do meio ambiente e de mudança climática se acelerou a tal ponto que já não se discute um futuro em longo prazo. Fala-se de processos que já estão em curso — a catástrofe já começou, esta é a realidade. Realmente, estamos numa corrida contra o tempo para tentar impedir, breçar, conter esse processo desastroso.

Quais são os sinais que mostram o caráter cada vez mais destrutivo do processo de acumulação capitalista em escala global? Eles são múltiplos e convergentes: crescimento exponencial da poluição do ar, da água potável e do meio ambiente em geral nas grandes cidades; início da destruição da camada de ozônio; destruição, numa velocidade cada vez maior, das florestas tropicais e rápida redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies; esgotamento dos solos, desertificação; acúmulo de resíduos, notadamente nucleares (alguns com duração de milhares de anos), impossíveis de controlar; multiplicação dos acidentes nucleares — Fukushima! — e ameaça de um novo Chernobyl; poluição alimentar, manipulações genéticas, secas prolongadas em escala planetária, escassez de grãos, encarecimento dos alimentos.

Todos os faróis estão no vermelho: é evidente que a corrida louca atrás do lucro e a lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista/industrial nos levam a um desastre ecológico de proporções incalculáveis. Não se trata de ceder ao “catastrofismo”, mas simplesmente de constatar que a dinâmica do “crescimento” infinito induzido pela expansão capitalista ameaça destruir os fundamentos naturais da vida humana no planeta.

De todos esses processos destrutivos, o mais óbvio e perigoso é o *processo de mudança climática*, um processo decorrente dos gases de efeito estufa, emitidos sobretudo pelo consumo das energias fósseis (carvão e petróleo) pela indústria, pelo agronegócio e pelo sistema de transporte existente nas sociedades capitalistas modernas. Como sabemos pelo trabalho dos cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), criado pelas Nações Unidas, se a

temperatura média subir mais de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, é provável que se inicie um processo irreversível de alterações climáticas. Quais seriam as consequências? Eis alguns exemplos:

- multiplicação de megaincêndios, como os ocorridos na Austrália entre 2019 e 2020, e eventualmente a destruição das florestas em escala planetária;
- desaparecimento dos rios e desertificação das terras;
- derretimento e deslocação do gelo polar e a conseqüente subida do nível do mar, que pode atingir dezenas de metros, levando ao desaparecimento das principais cidades da civilização humana: Hong Kong, Calcutá, Veneza, Amsterdã, Xangai, Nova York e Rio de Janeiro.

Até que nível a temperatura pode subir? Qual temperatura ameaça a vida humana neste planeta? Não há respostas para essas perguntas.

Esses são riscos de catástrofe sem precedentes na história da humanidade. Teríamos de voltar ao Plioceno, há alguns milhões de anos, para encontrar uma condição climática semelhante à que poderá ser criada no futuro como resultado das alterações climáticas. A maioria dos geólogos acredita que entramos numa nova era geológica, o Antropoceno, em que as condições do planeta foram alteradas pela ação humana. Qual ação? As alterações climáticas começaram com a Revolução Industrial do século XVIII, mas foi depois de 1945, com a globalização neoliberal, que se deu um salto qualitativo. Em outras palavras, a responsável pela acumulação de CO₂ na atmosfera e, portanto, pelo aquecimento global é a civilização industrial capitalista moderna, baseada nas energias fósseis.

A crise climática, portanto, não é decorrente do excesso de população, como dizem alguns, nem da tecnologia em si, abstratamente, tampouco da má vontade do gênero humano. Trata-se de algo muito concreto: das consequências do *processo de acumulação*

do capital, sobretudo em sua forma atual, da globalização neoliberal sob a hegemonia do império norte-americano.

Esse é o elemento essencial, motor desse processo e dessa lógica destrutiva que corresponde à necessidade de expansão ilimitada — aquilo que Hegel chamava de “má infinitude” —, um processo infinito de acumulação de mercadorias, acumulação do capital, acumulação do lucro, que é inerente à lógica do capital. Um processo que, nos últimos duzentos anos, tem se baseado essencialmente nas energias fósseis (carvão e petróleo), responsáveis pelas emissões de gases que provocam o aquecimento global.

Não se trata da má vontade desta ou daquela multinacional ou dos governos dos países, mas da lógica *intrinsecamente perversa* do sistema capitalista, baseada na concorrência impiedosa, nas exigências de rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido; uma lógica que é necessariamente destruidora do meio ambiente e responsável pela catastrófica mudança do clima.

A questão da ecologia, do meio ambiente, é, portanto, a questão do capitalismo; parafraseando uma observação do filósofo da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer, “se você não quer falar do capitalismo, não adianta falar do fascismo”, eu diria também: se você não quer falar do capitalismo, não adianta falar do meio ambiente, porque a questão da destruição, da devastação, do envenenamento ambiental, assim como a questão da mudança climática, são produtos do processo de acumulação do capital.

A natureza sistêmica do problema é cruelmente ilustrada pelo comportamento dos governos, todos (com raras exceções) a serviço da acumulação de capital, das multinacionais, da oligarquia fóssil, da mercantilização geral e do comércio livre. Alguns — o ex-presidente norte-americano Donald Trump, o ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, o primeiro-ministro australiano Scott Morrison — são abertamente ecocidas e negacionistas do clima. Os outros, os

“razoáveis”, reconhecem o problema, mas buscam soluções nos quadros da “economia de mercado”, isto é, do capitalismo neoliberal.

Por exemplo, o Tratado de Quioto, de 1997, propõe resolver o problema das emissões de gases de efeito estufa com o chamado “mercado dos direitos de poluir”. As empresas que emitem mais CO₂ vão comprar direitos de emissão de outras, que poluem menos. Essa seria “a solução” do problema para o efeito estufa! Obviamente, as soluções que aceitam as regras do jogo capitalista, que se adaptam às regras do mercado, que aceitam a lógica de expansão infinita do capital, revelaram-se um fracasso e foram incapazes de enfrentar a crise climática — uma crise que se transforma numa crise de sobrevivência da espécie humana.

A Conferência de Copenhague, de dezembro de 2009, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, foi mais um exemplo clamoroso da incapacidade — ou da falta de interesse — das potências capitalistas de enfrentarem o dramático desafio do aquecimento global. A montanha de Copenhague *pariu* um rato, uma miserável declaração política, sem nenhum compromisso concreto e cifrado de redução das emissões de gases de efeito estufa.

Tratou de impor a pretensa *economia verde*, isto é, o capitalismo *pintado com outra cor*, e terminou com vagas declarações, sem nenhum compromisso efetivo com o combate à mudança climática. A Conferência de Paris, em 2015, reconheceu a necessidade de se manter a elevação da temperatura abaixo de 2 °C ou mesmo de 1,5 °C, mas se limitou a solicitar “reduções voluntárias” aos vários países participantes.

Os cientistas calcularam que, se todos cumprissem suas promessas, ainda assim o aumento de temperatura superaria os 3 °C. No entanto, nos anos que se seguiram, *nenhum dos países* cumpriu suas promessas de redução de emissões de CO₂. O espetacular fracasso da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas

(COP26), realizada em Glasgow, no Reino Unido, entre outubro e novembro de 2021, é apenas o mais recente exemplo dessa inércia dos poderes constituídos a serviço do capital.

A atitude das classes dominantes, especialmente dos governos das principais potências responsáveis pela poluição e pela acumulação de CO₂, é muito parecida com a dos reis da França: “depois de mim, o dilúvio!”, teria dito Luís XV, o penúltimo dos Bourbons. No século XXI, o dilúvio poderia tomar, como nos tempos bíblicos, a forma de uma subida irreversível do nível do mar. Particularmente nefasto é o papel da *oligarquia fóssil*, os interesses ligados à extração, ao comércio e à utilização do carvão, do petróleo e do gás: multinacionais extrativistas, bancos, centrais elétricas movidas a energia fóssil, indústria química e plástica, indústria automobilística e aeronáutica etc. Seu peso na economia capitalista é decisivo, e bloqueia qualquer tentativa de transição energética que vise suprimir a extração e o uso dos fósseis.

Não podemos, portanto, evitar a conclusão de que não há solução para a crise ecológica no quadro do capitalismo, um sistema inteiramente dedicado ao produtivismo, ao consumismo, à luta feroz pela “quota de mercado”, à acumulação de capital e à maximização do lucro. Sua lógica, intrinsecamente perversa, conduz inevitavelmente à ruptura dos equilíbrios ecológicos, à destruição dos ecossistemas e às alterações climáticas.

XXXXXXX

Precisamos pensar, portanto, em alternativas radicais, alternativas que estabeleçam outro horizonte histórico, mais além do capitalismo, mais além das regras de acumulação capitalista e da lógica do lucro e da mercadoria. Como uma alternativa *radical* é aquela

que *vai à raiz* do problema, que é o capitalismo, a alternativa seria o *ecossocialismo*, uma proposta estratégica resultante da convergência entre a reflexão ecológica e a reflexão socialista, a reflexão marxista. Existe, hoje, em escala mundial, uma corrente ecossocialista: há um movimento ecossocialista internacional, que, por ocasião do Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Belém, em janeiro de 2009, publicou uma declaração sobre a mudança climática, e existe aqui, no Brasil, uma rede ecossocialista.

Ao mesmo tempo, o ecossocialismo é uma reflexão crítica. Em primeiro lugar, crítica à ecologia não socialista, à ecologia capitalista ou reformista, que considera possível reformar o capitalismo, alcançar um capitalismo mais verde, mais respeitoso com o meio ambiente. Trata-se da crítica e da busca de superação dessa ecologia reformista, limitada, que não aceita a perspectiva socialista, que não se relaciona com o processo da luta de classes, que não coloca a questão da propriedade dos meios de produção.

No entanto, o ecossocialismo também é uma crítica ao socialismo produtivista, não ecológico, por exemplo, da União Soviética, em que a perspectiva socialista se perdeu rapidamente com o processo de burocratização e o resultado foi um processo de industrialização tremendamente destruidor do meio ambiente. Há outras experiências socialistas, porém, mais interessantes do ponto de vista ecológico, como a experiência cubana, por exemplo.

Desse modo, o ecossocialismo implica uma crítica profunda, uma crítica radical das experiências e das concepções tecnocráticas, burocráticas e não ecológicas de construção do socialismo. Isso nos exige, também, uma reflexão crítica sobre a herança marxista, o pensamento e a tradição marxista, sobre a questão do meio ambiente. Muitos ecologistas criticam Marx por considerá-lo tão produtivista quanto os capitalistas. Tal crítica me parece completamente equivocada: ao fazer a crítica do fetichismo da mercadoria, é justamente

Marx quem apresenta a crítica mais radical à lógica produtivista do capitalismo, à ideia de que a produção de mais e mais mercadorias é o objetivo fundamental da economia e da sociedade.

O objetivo do socialismo, explica Marx, não é produzir uma quantidade infinita de bens, mas reduzir a jornada de trabalho, dar ao trabalhador tempo livre para participar da vida política, estudar, jogar, amar. Portanto, Marx fornece as armas para uma crítica radical do produtivismo e, notadamente, do produtivismo capitalista. No primeiro volume de *O capital*, Marx explica como o capitalismo esgota não apenas as energias do trabalhador, mas também as próprias forças da Terra, esgotando as riquezas naturais, destruindo o próprio planeta. Assim, essa perspectiva e essa sensibilidade estão presentes nos escritos de Marx, embora não tenham sido suficientemente desenvolvidas.

O problema é que a afirmação de Marx — e, mais ainda, de Engels — de que o socialismo é a solução da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção foi interpretada por muitos marxistas de forma mecânica: o crescimento das forças produtivas do capitalismo se choca com os limites, que são as relações de produção burguesas — a propriedade privada dos meios de produção —, e, portanto, a tarefa da revolução socialista seria simplesmente destruir as relações de produção existentes, a propriedade privada, permitindo assim o livre desenvolvimento das forças produtivas.

Parece-me que essa interpretação de Marx e de Engels deve ser criticada, porque pressupõe que as forças produtivas são algo neutro; o capitalismo as teria desenvolvido até certo ponto e não pôde ir além porque foi impedido por aquela barreira, aquele obstáculo que deve ser afastado para permitir uma expansão ilimitada. Essa visão deixa de lado o fato de que as forças produtivas existentes não são neutras: elas são capitalistas em sua dinâmica e em seu

funcionamento e, portanto, são destruidoras da saúde do trabalhador, bem como do meio ambiente. A própria estrutura do processo produtivo, da tecnologia e da reflexão científica a serviço dessa tecnologia e desse aparelho produtivo é inteiramente impregnada pela lógica do capitalismo e leva inevitavelmente à destruição dos equilíbrios ecológicos do planeta.

O que se necessita, por conseguinte, é de uma visão muito mais radical e profunda do que é uma revolução socialista. Trata-se de transformar não apenas as relações de produção, as relações de propriedade, mas também a própria estrutura das forças produtivas, a estrutura do aparelho produtivo. Há que aplicar ao aparelho produtivo a mesma lógica que Marx aplicava ao aparelho de Estado a partir da experiência da Comuna de Paris, quando ele diz o seguinte: os trabalhadores não podem se apropriar do aparelho de Estado burguês e usá-lo a serviço do proletariado. Isso não é possível, porque o aparelho do Estado burguês nunca vai estar a serviço dos trabalhadores. Então, trata-se de destruir esse aparelho de Estado e criar outro tipo de poder.

Essa lógica precisa ser aplicada também ao aparelho produtivo: ele tem que ser, se não destruído, ao menos radicalmente transformado. Ele não pode ser simplesmente apropriado pelos trabalhadores, pelo proletariado, e posto a trabalhar a seu serviço, mas precisa ser estruturalmente transformado. A título de exemplo, o sistema produtivo capitalista funciona com base em fontes de energia fósseis — o carvão e o petróleo —, responsáveis pelo aquecimento global, de modo que um processo de transição para o socialismo só seria possível com a substituição dessas formas de energia pelas energias renováveis, que são a água, o vento e sobretudo a energia solar. Por isso, o ecossocialismo implica uma revolução do processo de produção das fontes energéticas. É impossível separar a ideia de socialismo, de uma nova sociedade, da ideia de novas fontes de energia,

em particular do sol — alguns ecossocialistas falam de *comunismo solar*, pois haveria uma espécie de afinidade eletiva entre o calor, a energia do sol e o socialismo e o comunismo.

Mas não basta, tampouco, transformar o aparelho produtivo, é necessário transformar também o estilo, o padrão de consumo, todo o modo de vida em torno do consumo, que é o padrão do capitalismo baseado na produção em massa de objetos artificiais, inúteis e até perigosos. A lista de produtos, mercadorias e atividades empresariais inúteis e nocivos aos indivíduos é imensa.

Tomemos um exemplo evidente: a publicidade. A publicidade é um desperdício monumental de energia humana, trabalho, papel, árvores destruídas para gasto de papel, eletricidade etc., e tudo isso para convencer o consumidor de que o sabonete X é melhor que o sabonete Y — eis um exemplo evidente do desperdício capitalista. Logo, trata-se de criar um novo modo de consumo e um novo modo de vida, baseado na satisfação das verdadeiras necessidades sociais, que é algo completamente diferente das pretensas e falsas necessidades produzidas artificialmente pela publicidade capitalista.

É necessária uma reorganização do conjunto do modo de produção e de consumo, baseada em critérios externos ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico. Isso significa uma economia de transição ao socialismo, na qual a própria população — e não as “leis do mercado” ou um *bureau* político autoritário — decide, num processo de planificação democrática, as prioridades e os investimentos. Essa transição conduziria não apenas a um novo modo de produção e a uma sociedade mais igualitária, mais solidária e mais democrática, mas também a um *modo de vida alternativo*, a uma *nova civilização*, ecossocialista, mais além do reino do dinheiro, dos hábitos de consumo artificialmente induzidos pela publicidade e da produção ao infinito de mercadorias inúteis.

Se ficarmos só nisso, porém, seremos criticados como utópicos. Os utópicos são aqueles que apresentam uma bela perspectiva de futuro e a imagem de outra sociedade, o que é obviamente necessário, mas não é suficiente. O ecossocialismo não é só a perspectiva de uma nova civilização, uma civilização da solidariedade — no sentido profundo da palavra, solidariedade entre os humanos, mas também com a natureza —, como também uma estratégia de luta, desde já, aqui e agora. Não vamos esperar pela transformação do mundo. Não, vamos começar desde já, agora, a lutar por esses objetivos.

O ecossocialismo é uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, das lutas de classe e das lutas ecológicas, contra o inimigo comum, que são as políticas neoliberais, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o imperialismo americano e o capitalismo global. Esse é o inimigo comum dos dois movimentos, o movimento ambiental e o movimento social. Não se trata de uma abstração, há muitos exemplos; aqui mesmo, no Brasil, como um belo exemplo de luta ecossocialista, tivemos o combate heroico de Chico Mendes, que pagou com a vida o seu compromisso de luta com os oprimidos.

Como essa, há muitas outras lutas. No Brasil, em outros países da América Latina e no mundo inteiro, cada vez mais se dá essa convergência. Mas ela não ocorre espontaneamente, tem que ser organizada de maneira consciente pelos militantes, pelas organizações, é preciso construir uma estratégia ecossocialista, uma estratégia de luta em que vão convergindo as lutas sociais e as lutas ecológicas. Essa me parece ser a resposta ao desafio, a perspectiva radical de uma transformação revolucionária da sociedade para mais além do capitalismo. Precisamos de uma perspectiva de luta contra o capitalismo, de um paradigma de civilização alternativo, e de uma estratégia de convergência das lutas sociais e ambientais, desde

agora plantando as sementes dessa nova sociedade, desse futuro, plantando sementes do ecossocialismo.

A alternativa ecossocialista implica, em última análise, uma transformação revolucionária da sociedade. Mas o que significa *revolução*? Numa interessante passagem de suas notas para as *Teses sobre o conceito de história* (1940), Walter Benjamin propõe uma nova definição de revolução, que me parece muito atual: “Marx disse que as revoluções são a locomotiva da história mundial. Mas, talvez as coisas se apresentem de maneira distinta. Pode ser que as revoluções sejam o ato pelo qual a humanidade que viaja no trem puxa os freios de emergência”⁸.

Implicitamente, a imagem sugere que, se a humanidade permite ao trem seguir seu caminho — já traçado pela estrutura de ferro dos trilhos — e nada detém sua corrida vertiginosa, vamos diretamente para um desastre. Numa entrevista ao jornal francês *Le Monde*, de 5 de setembro de 2009, Ban Ki-moon, o ex-secretário-geral das Nações Unidas (2007-2017) — um personagem que nada tem de revolucionário —, propunha o seguinte diagnóstico sobre a questão ambiental: “Nós” — dizia ele, sem dúvida referindo-se aos governos do planeta — “estamos com o pé colado no acelerador e nos precipitamos para o abismo”.

Em suas *Teses* de 1940, Walter Benjamin definia como uma “tempestade” o *progresso destrutivo* que acumula as catástrofes. A mesma palavra, “tempestade”, está presente no título, que parece inspirado por Benjamin, do livro de James Hansen, o célebre climatologista da Agência Espacial Norte-Americana (Nasa) e um dos maiores especialistas em mudança climática no mundo. O livro foi publicado no Brasil com o título *Tempestades dos meus netos: mudanças*

8. BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1972, I, 3. p. 1232. A citação de Marx a que se refere Benjamin encontra-se no livro *Lutas de classe na França*, de 1850 (*Die Revolutionen sind die Lokomotiven der Geschichte*).

climáticas e as chances de salvar a humanidade. Hansen tampouco é um revolucionário, mas sua análise da “tempestade” (HANSEN, 2009) — que para ele, como para Benjamin, é uma alegoria de algo muito mais ameaçador: o dilúvio que se aproxima — o aquecimento global — é de uma impressionante lucidez.

No século XXI, estamos assistindo a um “progresso” cada vez mais rápido do trem suicida da civilização industrial/capitalista rumo ao abismo, um abismo que se chama catástrofe ecológica. É importante levar em conta a aceleração crescente do trem, a vertiginosa velocidade com a qual se aproxima do desastre. Precisamos puxar os freios de emergência da revolução, antes que seja tarde demais.

Referências

BENJAMIN, Walter. Thèses sur la philosophie de l'histoire. In: BENJAMIN, Walter. *L'Homme, le langage et la culture*. Paris: Denoël, 1971.

BENJAMIN, Walter. *Sens unique*. Paris: Lettres-Maurice Nadau, 1978.

BENSAÏD, Daniel. *Marx l'intempestif*. Paris: Fayard, 1995.

DICKENS, Charles. *Les Temps difficiles*. Paris: Gallimard, 1985.

DICKMANN, Julius. La véritable limite de la production capitaliste. *La Critique Sociale*, n. 9, set. 1933.

ENGELS, Friedrich. *Dialectique de la nature*. Paris: Les Éditions Sociales, 1968.

ENGELS, Friedrich. *Esboço para uma crítica da economia política: e outros textos da juventude*. Tradução: Nélcio Schneider; Ronaldo Vielmi Fortes; José Paulo Netto; Maria Filomena Viegas. São Paulo: Boitempo, 2021.

FOSTER, John Bellamy. Ecology against capitalism. *Monthly Review*, v. 53, n. 5, out. 2001.

HANSEN, James. *Storms of my grandchildren: the truth about the coming climate catastrophe and our last chance to save humanity*. Nova York: Bloomsbury, 2009. [Ed. bras.: *Tempestades dos meus netos: mudanças climáticas e as chances de salvar a humanidade*. São Paulo: Editora Senac, 2013.]

KOVEL, Joel. *The enemy of nature: the end of capitalism or the end of the world?* Nova York: Zed Books, 2002.

LOVEJOY, Derek. Limits to growth? *Science and Society*, 60, 3, Special Issue, "Marxism and Ecology", Fall 1996.

MANDEL, Ernest. *Power and money: a marxist theory of bureaucracy*. London: Verso Books, 1992.

MARTINEZ-ALIER, Joan. Political ecology, distributional conflicts and economic incommensurability. *New Left Review*, n. 211, p. 83-84, maio/jun. 1995.

MARX, Karl. *Fondements de la critique de l'économie politique*. Paris: Anthropus, 1967.

MARX, Karl. *Le Capital*. Paris: Les Éditions Sociales, 2016. t. I.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *L'Idéologie allemande*. Paris: Les Éditions Sociales, 2012.

MIES, Maria. Liberación del consumo, o politización de la vida cotidiana. *Mientras Tanto*, Barcelona, n. 48, jan./fev. 1992.

O'CONNOR, James. *L'Écologie, ce matérialisme historique*. Paris: PUF, 1992.

O'CONNOR, James. *Natural cause: essays in ecological marxism*. New York: The Guilford Press, 1998.

O'CONNOR, James. La Seconde contradiction du capitalisme: causes et conséquences. *Actuel Marx*, n. 12, 1992.

RIECHMANN, Jorge. *¿Problemas con los frenos de emergencia?: Movimientos ecologistas y partidos verdes en Holanda, Alemania y Francia*. Madrid: Talasa Ediciones, 1991.

RIECHMANN, Jorge. *De la economía a la ecología*. Madrid: Trotta, 1995.

RIECHMANN, Jorge. El socialismo puede llegar sólo en bicicleta. *Papeles de la Fundación de Investigaciones Marxistas*, Madrid, n. 6, 1996.

ROUSSET, Pierre. Convergence de combats. L'écologique et le social. *Rouge*, 16 maio 1996.

SCHWARTZMAN, David. Solar communism. *Science & Society*, v. 60, n. 3, Special Issue "Marxism and Ecology", Fall 1996.

SUMMERS, Larry. Let them eat pollution. *The Economist*, 8 fev. 1992.